



MUNICÍPIO DE CUBA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 57

(Quadriénio Autárquico 2021/2025)

06-12-2023

[Handwritten signatures in blue ink]

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a quinquagésima sétima reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Filipe Domingos Candeias Chora, Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 5 DE DEZEMBRO DE 2023: €
217 272,99.

ORDEM DO DIA:

1. SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. OUTUBRO 2023.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 13833/2023, da autoria da Chefe de Divisão Dr.ª Cármen Estrela, cujo teor se transcreve:

“Enquadramento Legal: De acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 Setembro.

Relativamente ao assunto em epígrafe os Serviços da Contabilidade informam, que no período em análise a situação financeira do município se retrata da seguinte forma: ---

1.EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução orçamental, reportada a 31 de Outubro de 2023 é a seguinte: ---

1.1. DESPESA

O montante global da despesa executada foi de 6.617.219,62 euros correspondentes a um grau de execução orçamental de 51,040%, conforme detalhado no quadro seguinte:

Controlo Orçamental da Despesa								
Código	Designação	Dotações corrigidas	Despesas pagas líquidas de reposições			Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
			Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
	Despesa corrente							
D011	Remunerações Certas e Permanentes	2 978 312,00	36 850,51	2 258 929,86	2 295 790,37	37 722,64	1,238	75,846
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	174 280,00	2 471,92	135 710,59	138 182,51	2 499,33	1,418	77,869
D013	Segurança Social	898 673,00	41 458,32	686 425,92	727 894,24	191,50	4,614	76,382
D02	Aquisição de bens e serviços	2 940 514,00	620 609,84	1 080 668,79	1 701 278,63	409 694,22	21,105	36,751
D03	Juros e outros encargos	88 961,00	2 214,65	68 045,54	70 260,19	2 468,97	2,489	76,489
D04111	Administração Central - Estado Português	22 812,00	0,00	11 200,00	11 200,00	6 100,00	0,00	49,097
D04115	Administração Local	214 963,00	71 354,32	60 258,74	131 623,06	45 156,72	33,198	28,032
D0412	Entidades do setor não lucrativo	298 545,00	53 391,60	159 420,08	212 811,68	28 305,40	17,884	53,399
D0413	Famílias	175 328,00	754,68	134 269,80	135 034,48	1 515,50	0,436	76,582
D0414	Outras	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D042	Subsídios correntes	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D05	Outras despesas correntes	45 690,00	22 370,50	17 784,86	40 155,36	993,31	48,961	38,925
	Despesa de capital							
	Total das Despesas Correntes	7 838 428,00	851 516,34	4 512 714,18	5 464 230,52	534 649,59	10,863	58,847
D06	Aquisição de bens de capital	2 412 115,00	131 289,26	742 720,85	874 010,11	288 534,04	5,443	30,791
D07111	Administração Central - Estado Português	9 926,00	6 175,76	3 750,00	9 925,76	0,00	62,218	37,78
D07115	Administração Local	51 384,00	5 879,40	5 500,00	11 379,40	3 000,00	11,442	10,70
D0712	Entidades do setor não lucrativo	38 792,00	4 750,00	14 166,61	18 916,61	1 775,00	12,245	36,519
D0713	Famílias	436,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D0714	Outras	116 894,00	0,00	75 194,78	75 194,78	0,00	0,00	64,327
D08	Outras despesas de capital	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D09	Despesa com ativos financeiros	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	532 007,00	3 135,05	160 427,39	163 562,44	0,00	0,589	30,155
	Total das Despesas Capital	3 161 704,00	151 225,47	1 001 759,69	1 152 939,10	299 309,04	4,783	31,684
	Total Geral	11 000 132,00	1 002 745,81	5 514 473,87	6 617 219,62	827 958,63	9,116	51,04

Da análise efetuada ao mapa de execução da despesa relativa ao mês de Outubro, destaca-se como relevante: -----

- As rubricas com maior peso na estrutura das despesas correntes são as *Despesas com Pessoal* (57,86%) e a *Aquisição de bens e Serviços* (31,13%). -----
- A rubrica de investimento apresenta um grau de execução reduzido, na ordem dos 36,234%. -----

Ainda relativamente à despesa há a referir que: -----

- O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de 111.925,01 euros; -----
- A cabimentação atingiu à data 97,31% no que diz respeito a despesa corrente e 84,77%, no que diz respeito à despesa de capital; -----
- Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em 7.262.159,62 euros e em despesa capital 2.617.455,98 euros e representam relativamente ao orçamento corrigido 92,65 % e 82,79% respetivamente. No que diz respeito aos compromissos a transitar ascendem à data a 2.434.437,35 euros;-----
- A faturação comunicada, não paga (obrigações por pagar de curto prazo) à data de 31/10/2023 ascende a 827.958,63 euros sendo: -----
Despesa corrente: 534.649,59 euros -----
Despesa capital: 293.309,04 euros -----
- Encontra-se em pré- registo (a aguardar comunicação) faturação na ordem dos 92.810,5 euros; -----
- As obrigações por pagar de M/L prazo (acordos de pagamento) ascendem a 386.493,60 euros. -----

1.2. RECEITA -----

O montante global da receita executada foi de 6.726.371,31 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 60,752%. Em resumo o seguinte quadro:

Execução Orçamental da Receita							
Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Receitas cobradas líquidas			Grau exec. orçamental	
			Períodos anteriores	Período corrente	Total	Períodos anteriores	Período corrente
	Receita corrente						
R011	Impostos diretos	988 757,00	0,00	534 406,12	534 406,12	0,00	54,048
R03	Taxas, multas e outras penalidades	161 114,00	3 775,22	57 639,89	61 415,11	2,343	35,776
R04	Rendimentos de propriedade	268 260,00	0,00	175 173,61	175 173,61	0,00	65,30
R05111	Administração Central - Estado Português	4 262 322,00	0,00	3 474 148,10	3 474 148,10	0,00	81,508
R05112	Administração Central - Outras entidades	136 938,00	0,00	68 204,10	34 229,02	0,00	49,807
R05113	Segurança Social	15 450,00	0,00	7 685,04	7 685,04	0,00	49,741
R05115	Administração Local	6 000,00	0,00	5 334,70	5 334,70	0,00	88,912
R0513	Outras	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R06	Venda de bens e serviços	1 494 189,00	37 945,12	701 031,70	738 976,82	2,54	46,917
R07	Outras receitas correntes	110 133,00	1 852,45	19 751,59	21 604,05	1,682	17,934
	Receita de capital						
R08	Venda de bens de investimento	14 788,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R09111	Administração Central - Estado Português	2 407 039,00	0,00	1 063 040,70	1 063 040,70	0,00	44,164
R09112	Administração Central - Outras entidades	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R09113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R09115	Administração Local	26 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R0913	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	209 940,00	0,00	68 452,13	68 452,13	0,00	32,606
R13	Receita com passivos financeiros	691 106,82	0,00	300 000,00	300 000,00	0,00	43,409
	Outras receitas						
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	100,00	0,00	85,65	85,65	0,00	85,65
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	207 845,18	0,00	207 845,18	207 845,18	0,00	100,00
	Total Receitas Correntes	7 443 263,00	43 572,80	5 043 374,85	5 086 947,65	0,585	67,758
	Total Receitas Capital	3 348 923,82	0,00	1 431 492,83	1 431 492,83	0,00	42,745
	Outras Receitas	207 945,18	0,00	207 930,83	207 930,83	0,00	99,993
	Total Geral	11 000 132,00	43 572,80	6 682 798,51	6 726 371,31	0,396	60,752

Da análise ao quadro supra, ressaltam como mais relevantes as seguintes situações: ---

- as Receitas Correntes registaram um grau de execução de 67,758% , tendo contribuído em particular para o efeito, as rubricas de *Transferências e Subsídios Correntes* (69,892%) e a *Venda de bens e serviços correntes* (14,526%) e; -----

- as Receitas de Capital, registaram, no fim do período em análise, um grau de execução de 42,745% , contribuindo principalmente para isso, a baixa percentagem de execução das *Transferências e subsídios de capital* de 74,260%. A receita com passivos financeiros atingiu uma execução de 43,409 %, em virtude da utilização das verbas pela totalidade do empréstimo de curto prazo. -----

• as receitas cobradas líquidas ascendem a 5.086.947,65 euros no que diz respeito a receitas correntes, 1.431.492,83 euros a receitas de capital e 207.930,83 euros a outras receitas. Encontra-se por cobrar 259.298,88 euros no final do período. -----

2. Limites ao Endividamento: -----

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro: -----

"A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores". -----

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. -----

Limite da dívida total para 2023: -----

Limite da dívida total ($1,5 \times$ média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) :

Unidade: euro

Receita corrente líquida 2020	Receita corrente líquida 2021	Receita corrente líquida 2022	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.952.934,77	5.422.253,71	6.207.170,20	16.582.358,68	5.527.452,89

Limite da dívida total: €8.291.179,34

Ressalva-se que a alínea b) do nº3 do artigo 52º da LFL determina que os municípios que, em determinado exercício cumpram o limite da dívida total só pode aumentar, no exercício seguinte, o valor correspondente a 20% da margem disponível no ano. Face à alteração introduzida com a publicação da Lei nº29/2023, de 04 de Julho, a margem de endividamento é aumentada para 40%. -----

A margem absoluta do Município a 01/01/2023 era de €5.001.495,67, a que corresponde a margem utilizável de 2.000.598,27€. -----

Situação do Município em 01-01-2023 : -----

Unidade: euro

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(4)-(5)
3.156.844,19	144.289,80	3.301.133,99	11.450,32	3.289.683,67

Situação do Município em 31-10-2023:

Unidade: euro

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(4)-(5)
3.159.936,88	128.013,56	3.287.950,44	2.773,32	3.285.177,12

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são: -----

AMCAL (participação de 22,05%): €15.494,25

AMGAP (participação de 1,98 %) :€;

CIMBAL (participação de 3,91%): €112.519,31;

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%):€

AMPV (participação de 0,0751%):€

Verifica-se que o Município se encontra numa situação de cumprimento em relação à dívida total. -----

Em relação à dívida conjunta foi tido em consideração a informação relativa ao 3º trimestre de 2023 fornecida pelas entidades participadas. -----

3. Pagamentos em atraso: -----

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.” -----

No que diz respeito ao período em análise, possui o Município pagamentos considerados em atraso, no montante de 279.536,62 euros. Caso se mantenha esta situação, terá que ser respeitado o estipulado no artigo 963 do OE em vigor, até ao final de 2023 terá que ser efetuada a redução de 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias (registados na plataforma da DGAL, em setembro de 2022), sob pena de retenção da receita proveniente das transferências do OE. -----

4. Fundos Disponíveis: -----

Os Fundos disponíveis do período foram de: 544.450,63 euros, tendo sido absorvidos quase na sua totalidade. -----

5. Equilíbrio Orçamental: -----

No artigo 40º da Lei nº73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), sob a epígrafe "Equilíbrio Orçamental", prevê-se o seguinte: -----

- 1- Os orçamentos das entidades do sector local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----
- 2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de M/L prazo. -----
- 3- O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte. -----
- 4- Para efeitos do disposto no nº2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo. -----

Relativamente ao Mês de Setembro a situação é a seguinte: -----

Descrição	Dados mês de Setembro
A-receitas correntes cobradas+ Saldo gerência 2022 incorporado corrente	5.210.416,76
B-Despesas correntes pagas	5.464.230,52
C-Saldo corrente (A-B)	-253.813,76
D-Amortização média EMLP	212.296,50
E-Diferença (C-D)	-466.110,26
Controlo regra equilíbrio	Desequilíbrio Orçamental

Do atrás exposto conclui-se: -----

- No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento de 34.880,08 euros em relação ao saldo inicial de 01/01/2023, receita por cobrar de anos anteriores de 224.418,80 euros. À data estão a ser tomadas medidas mais eficazes e eficientes para recuperação dos montantes por receber, encontrando-se a decorrer processos de injunção e de penhora, mas que se manifestam insuficientes; -----
- O município encontra-se à data com uma considerável execução orçamental da despesa, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da orientação da execução orçamental; -----
- No que respeita à execução da receita, no mês em análise é de 67,758%. -----
A 31/12/2023 deverá ser atingida uma execução de 85%; -----
- À data existem pagamentos em atraso; -----
- No que respeita ao controlo da regra do equilíbrio, o município encontra-se numa situação de desequilíbrio orçamental; -----
- No que diz respeito à dívida total, verifica se um decréscimo de 0,14%, não considerando os montantes de faturação em dívida em pré-registo. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

2. ALTERAÇÃO Nº 10 AO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2023. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 13834/2023, da autoria da Chefe de Divisão Dr.ª Cármen Estrela, cujo conteúdo se transcreve: -----

Enquadramento Legal: -----

A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192/2015, " As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial". -----

Na alteração n.º10 ao orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com: combustíveis e lubrificantes – gasolina e outros, artigos de higiene e limpeza, géneros para confeccionar, vestuário e artigos pessoais, produtos químicos e farmacêuticos, material de transporte – peças, outro material - peças, artigos para oferta, artigos de decoração e outros bens diversos, despesa com conservação de bens, locação de edifícios, comunicações, transportes, deslocações e estadas e formação. -----

A nível das despesas com o pessoal, foram efetuados alguns ajustamentos. A nível da receita a modificação ocorreu em virtude do reforço de verbas do FFD e das Reprogramações aos Fundos Comunitários de alguns projetos. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

02 244 2002/31- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a reparação do painel de cloro do reservatório do parque empresarial (acerto), 2 coletores p/ Ecopark; -----

02 251 2009/3 ação2- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com a revisão de preços final da empreitada da Casa Fialho de Almeida; -----

02 251 2018/4 ações 1 e 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com revisões de preços do Centro Cultural de Vila Alva e Centro Polivalente de Vila Ruiva; -----

03 331 2019/12, ações 3 e 4- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com revisões de preços; -----

03 331 2019/13, ações 2 e 3- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com revisões de preços e acerto do valor dos trabalhos complementares; -----

03 342 2015/4, ações 2 e 4- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com certificação das instalações elétricas da praia fluvial e aquisição de equipamentos;

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações (reforços) nos seguintes projetos:

02 211 2022/5003, ação 1 - subações 3,5,6,9 e ação 2-subação1- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto; -----

02 244 2018/5001- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o projeto; -----

03 341 2002/5050 ação 4 - O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com serviços complementares à consulta prévia nº16/2023 do serviço de segurança-FAC2023; -----

03 342 2019/5009 ação 1 - O reforço ocorreu para fazer face a transferência de verbas para a atividade "Provando o Tareco, em Vila Alva". -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou aprovar a alteração n.º 10 ao Orçamento e GOP's de 2023. -----

3. REVISÃO Nº 5 AO ORÇAMENTO E Nº 4 ÀS GOP'S 2023". -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 13845/2023, da autoria da Chefe de Divisão Dr.ª Cármen Estrela, cujo conteúdo se transcreve: -----

Para efeito de execução orçamental do exercício de 2023 e porque a matéria em causa nos parece ser de importância, vimos trazer ao conhecimento de V. Exas os factos que a seguir se descrevem, solicitando a melhor tomada de decisão sobre os mesmos, no sentido de ser dado cumprimento ao estipulado no Dec. Lei nº 192/2015, de 11 de Setembro. -----

Modificações ao Orçamento -----

De acordo com o enumerado na alínea b) do nº1 do artigo 17 do Dec-Lei nº192/2015, o ponto 8.3.1 do POCAL, não foi revogado, pelo que se mantém as regras em SNC inerentes às modificações do orçamento iguais. Assim, no ponto 8.3.1 constam as diversas

formas legalmente assumidas com vista à modificação deste documento, ou, seja, as revisões e as alterações. -----

As revisões orçamentais têm lugar quando houver um aumento do valor global da despesa prevista, salvo se tratar de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados ou a entrada em vigor da nova tabela de vencimentos, casos em que a modificação assume a forma de alteração orçamental. Na revisão ao orçamento podem ser utilizadas, para além das anteriormente referidas, as seguintes contrapartidas: o saldo apurado da gerência anterior, o excesso de cobrança em relação á totalidade das receitas previstas no orçamento ou outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar. -----

A inscrição de novas rubricas da despesa no orçamento, de novos projetos ou ações a nível das GOP'S resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, leva à necessidade da elaboração, apreciação e aprovação de uma revisão orçamental. -----

Os reforços de dotações da despesa resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, consubstanciam-se em transferências inter-rubricas da despesa. -----

No que se refere à matéria de transferências inter-rubricas da despesa, mostra-se necessário explicitar determinados condicionantes: -----

- Dar cumprimento aos princípios orçamentais e regras previsionais adequados à matéria em causa; -----

- Destrinça e referência das transferências entre contas orçamentais, aceitáveis no âmbito das alterações, a ter em consideração: -----

Situação que se mostra pacífica, entre rúbricas da despesa corrente (origem) e as de capital (destino); -----

Situação limitada e de carácter excecional, na relação entre a conta de capital (origem) e as de natureza corrente (destino). -----

Face ao exposto, uma autarquia, desde que cumpra as regras previsionais e os princípios orçamentais estabelecidos, designadamente o princípio corrente, pode, através de uma alteração orçamental, reforçar dotações de despesa por diminuição ou anulação de outras dotações de despesa. -----

Assim, é pacífico, proceder ao reforço de dotações de capital por diminuições de dotações correntes, o que não é porém extensivo quanto ao reforço de dotações das despesas correntes pela diminuição das de capital, sempre que o princípio do equilíbrio orçamental de natureza corrente for por força dessa modificação violado. -----

Respeitando o princípio do equilíbrio orçamental, a anulação de verbas da despesa de capital para reforço da despesa corrente não é correta, não se revelando uma boa regra de gestão na medida em que se traduz num desinvestimento, contudo, poderá, em situação limite e devidamente justificada, ocorrer sem se verificar desinvestimento.

É o caso de uma autarquia local que, a meio do exercício, se decida por executar um dado projeto, inicialmente previsto realizar por empreitada, por administração direta, o que não é o caso da modificação em causa. -----

O OE para 2023, retoma a aplicação da regra do equilíbrio orçamental a que os municípios estão obrigados pelo n.º2 do artigo 40.º da Lei nº73/2013, de 03 de Setembro (vulgo Lei das Finanças Locais). À presente data, o Município encontra-se numa situação de desequilíbrio orçamental. -----

-De acordo com a alínea b) do artigo único do decreto-lei nº84-A/2002, as previsões de valor superior de receita de fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizadas como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações. Sendo o ajustamento correto, efetuar reduções de orçamento, quer a nível da receita, quer a nível da despesa, o que não é o caso. As reduções de orçamento contribuem para alcançar uma execução orçamental melhor, quando não se verificam as previsões estimadas inicialmente, indo de encontro ao estipulado no nº3 do artigo 56º da Lei nº73/2013, de 03 de Setembro (vulgo Lei das Finanças Locais). -----

Na revisão nº5, os reforços no orçamento da despesa ocorreram p/ fazer face à assunção de novos compromissos. A nível da receita, as modificações surgem entre diversas rubricas, de modo a não existirem previsões inferiores às receitas cobradas, foram efetuados alguns ajustamentos das previsões iniciais. Foi efetuada redução de orçamento, na classificação: Empréstimo de M/L prazo, em virtude do procedimento de aquisição da Piscina Flutuante ter sido de montante inferior ao do empréstimo contratado. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, deliberou aprovar a Re-

visão n.º 5 ao Orçamento e n.º 4 às GOP's de 2023 e remeter o documento para apreciação e votação por parte da Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de dezembro. -----

4. ATUALIZAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DAS REFEIÇÕES A FORNECER NOS REFEITÓRIOS MUNICIPAIS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 13547/2023, da autoria da Chefe de Divisão Dr.ª Cármen Estrela, cujo conteúdo se transcreve: -----

“No decurso da informação nº003/2023 de 05/01/2023 do Serviço de Apoio jurídico e de Auditoria Interna, serve a presente comunicação para vos dar conhecimento da necessidade de nova atualização do preço de venda das refeições a fornecer aos trabalhadores nos refeitórios municipais, face à publicação em 26 de Junho da portaria nº 306/2023. -----

Atualmente, encontra-se estabelecido o preço de venda das refeições no refeitório municipal e no refeitório da EBI a fornecer aos trabalhadores em € 4,10. Face à publicação da Portaria nº306/2023, o preço é atualizado para € 4,90 (quatro euros e noventa centimos), de acordo com o nº1 do artigo 2º do referido diploma. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª, ao abrigo da competência vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações que lhe forem introduzidas, remeter este assunto para que a Câmara Municipal sobre ele delibere ao abrigo da competência vertida na alínea e) do n.º 1 do art.º 33.º da citada lei. -----

A Câmara, por unanimidade, por força da determinação constante da Portaria n.º 306/2023, de 26 de junho, deliberou proceder à atualização do preço da venda da refeição no Refeitório Municipal para € 4,90, sendo que a mesma produzirá efeitos a partir do próximo dia 1 de janeiro de 2024. -----

5. PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO - PROPOSTA DE DESCABIMENTAÇÃO DE VERBAS.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 7/2023, SF, da autoria da Assistente Técnica, Ivone Janeiro cujo teor se transcreve: -----

No âmbito dos protocolos de colaboração celebrados entre o Município de Cuba e as Associações abaixo mencionadas, não tendo as mesmas realizado todas as atividades a

que se propuseram, na área da sua natureza, propõem os serviços financeiros que as verbas indicadas sejam devidamente descabimentadas: -----

Protocolos 2021 -----

- Associação SSVP – Conferência Vicentina de Nossa Senhora da Rocha de Cuba – 200,00€ -----

- Sociedade Filarmónica Cubense 1º de Dezembro – 2 500,00€ -----

Protocolos 2022 -----

- Grupo Desportivo e Recreativo de Faro do Alentejo – 200,00€ -----

- Associação Ferodo Queimado – 750,00€ -----

- Centro Cultural e Desportivo de Vila Alva – 550,00€ -----

- Sociedade Filarmónica Cubense 1º de Dezembro – 500,00€ -----

Protocolos 2023 -----

- Grupo Desportivo e Recreativo de Faro do Alentejo – 200,00€ -----

- Associação Ferodo Queimado – 750,00€ -----

Enquadramento legal: -----

No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal nos termos das alínea o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município., assim como do disposto no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros - Regulamento n.º 401/2010, publicado no Diário da República, II Série n.º 87, de 5 de maio de 2010, deverá deliberar a descabimentação das verbas indicadas com fundamento na não realização das atividades estabelecidas em protocolo, mediante a aplicação analógica do disposto no n.º 1 do art.º 19 desse regulamento. -----

Face ao exposto: -----

Deve V. Exa. Sr. Presidente, ao abrigo da competência vertida na alínea o) do nº 1, do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter a seguinte proposta para deliberação do órgão executivo. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou determinar a descabimentação das verbas com fundamento na não realização das atividades estabelecidas em protocolo. -----

6. DESCABIMENTAÇÃO DE VERBA DESTINADA A APOIO AO ARRENDAMENTO À MUNÍCIPE GLÓRIA RÓ-RÓ E À MUNÍCIPE CUSTÓDIA TOUREGÃO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 31/2023, SASS, da autoria da Técnica Superior, Dr.ª Ana Baião, cujo teor se transcreve: -----

De acordo com a deliberação de câmara na sua reunião ordinária de 15 de março de 2023, foi atribuído à munícipe Glória Mimoso Ró-Ró e à munícipe Custódia Touregão, apoio ao arrendamento, no valor de 10,20€ mensais, e 40,00€ mensais, respetivamente, cujo cálculo foi efetuado conforme alínea 3), do art.º 9, do Regulamento “Cuba + Social.

No dia 18/10/2023, o SASS rececionou ofício em anexo, informando que durante dois anos (a partir de outubro de 2023 até setembro de 2025) o agregado familiar da Sr.ª Glória Ró-Ró estará isento do pagamento de renda, tendo em conta as melhorias que efetuou na habitação. -----

No dia 09/11/2023, através de atendimento presencial, foi o SASS informado pela filha da Sr.ª Custódia Touregão que a habitação onde a própria reside, foi adquirida pelo seu filho, pelo que deixaria de despendar do valor de arrendamento. -----

Desta forma, vem o Serviço de Ação Social e Saúde propor que os Serviços Financeiros efetuem a descabimentação da verba cativa para o pagamento do apoio ao arrendamento às munícipes Glória Ró-Ró e Custódia Touregão, até 31 de março de 2024. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou determinar aos serviços que procedam à descabimentação da verba cativa destinada ao apoio ao arrendamento às munícipes Glória Ró-Ró e Custódia Touregão. -----

7 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES-PRÉ-ESCOLAR. APOIO PARA REFEIÇÕES. ANO LETIVO 2023/2024. CANDIDATURA ATÍPICA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 29/2023, SAE, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Cristina Candeias, cujo teor se transcreve: -----

“Foi apresentado 1 pedido, para o apoio em epígrafe para aluno do ensino pré-escolar. De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, o requerimento foi rececionado atendendo ao motivo apresentado (atribuição de escalão de abono de família). -----

É um aluno pertencente a um agregado familiar integrado no 1.º escalão de rendimentos, determinado para efeitos de atribuição do abono de família. -----

Assim, tem direito ao apoio em cantina o aluno constante no quadro I (Educação Pré-escolar), anexo a esta informação, que cumpre os requisitos para a comparticipação da Câmara. -----

Toda a documentação para instrução da candidatura encontra-se arquivada em pastas no Serviço de Educação. -----

Encargo financeiro: -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições (tendo por base o preço praticado no ano letivo transato e o n.º de dias letivos e não letivos, por força da oferta das atividades de apoio à família nas interrupções do natal, páscoa e verão para 2023/2024) tem um valor estimado de 240,90€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2023/2024 o valor estimado será de 16,06€. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar no que respeita a alimentação, a estudantes, para ano letivo 2023/2024, deliberou considerar a candidatura apesar de extemporânea. -----

8. PROJETO CRESCE E APARECE E9G - PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL COBERTA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 31/2023, SAD, da autoria da Técnica Superior,

Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----

O Projeto Cresce e Aparece E9G, dinamizado pela Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado de que o Município de Cuba é parceiro, solicitou, através de correspondência eletrónica dirigida à Exma. Sra. Vereadora da Câmara Municipal, autorização para utilização da Piscina Municipal Coberta, durante uma hora por semana, por parte de, entre 4 a 6 alunos da Escola Profissional de Alvito, acompanhados por esse Projeto. Segundo informação da Coordenadora, os jovens pretendiam usufruir do equipamento, preferencialmente entre as 18h e as 19h, às terças ou quintas feiras, ficando a equipa do Projeto responsável por assegurar o transporte desde Alvito. A Coordenadora sublinha ainda que, caso houvesse essa possibilidade, seria importante a presença de um Técnico do SAD para acompanhamento e orientação desportiva aos jovens durante essa hora, salvaguardando, no entanto, que se tal não fosse possível, a cedência da pista já seria uma mais-valia. -----

Analísado o Regulamento das Piscinas Municipais em vigor, e considerando que o Projeto Cresce e Aparece E9G é executado pela Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado que tem estatuto de IPSS, verifica-se que a situação apresentada pode ser enquadrada na alínea c) do número 1 Artigo 7º relativo a *Isenções e Reduções de Taxas*, mais especificamente onde refere que *Poderão ser isentos do pagamento das taxas (...) c) Os jovens, a solicitação de estabelecimentos de ensino, associações de carácter social e associações desportivas, devidamente legalizadas, desde que a natureza desse pedido possa justificar a isenção e não tenha carácter de continuidade.* -----

Desta forma, atendendo a que se trata de uma situação excecional, que assenta na valorização da prática desportiva de jovens que, embora residentes fora do concelho, são acompanhados por um Projeto intermunicipal de que o Município é parceiro, pode esta utilização ser justificada no âmbito do Regulamento supracitado. -----

Mais se informa que durante o horário solicitado decorrem aulas de natação, dinamizadas pela Associação Luzerna, no entanto, está sempre disponível, no mínimo, uma pista destinada ao usufruto da Piscina por parte de outros utilizadores. -----

Face ao exposto, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria em matéria de estabelecimento da ordem do dia das reuniões, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o Órgão Executivo possa: -----

1º Deliberar sobre a autorização de acesso gratuito à Piscina Municipal Coberta, por parte de, entre 4 a 6 alunos da Escola Profissional de Alvito, durante uma hora por semana. -----

2º Tomar conhecimento que, de acordo com a tabela em vigor, o custo de cada utilização da Piscina por aluno será de € 1,50, caso tenham até 16 anos e € 2,30 se tiverem mais do que esta idade. -----

Face à urgência do pedido, pode ainda V. Ex.^a, Sr. Presidente, proceder em conformidade com o nº 3 do art.º 35º do mesmo diploma, atendendo a que *Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação* em reunião subsequente. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou indeferir o pedido de acesso gratuito à Piscina Municipal Coberta de forma a evitar forma diferenciada de tratamento atendendo a que os jovens do concelho pagam a entrada, a exemplo de deliberações anteriores.

9. ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE BEJA - PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNO-DESPORTIVO PARA REALIZAÇÃO DE TREINOS DA SELEÇÃO FEMININA SUB17 DE FUTSAL. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 32/2023, SAD, da autoria da Técnica Superior, Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----

A Associação de Futebol de Beja requereu a possibilidade de utilizar o Pavilhão Gimnodesportivo com vista à realização de treinos da seleção distrital feminina Sub17 de Futsal, tendo a mesma sido informada sobre a disponibilidade deste equipamento para as datas pretendidas, bem como sobre os custos inerentes à sua utilização. Na sequência deste contacto, vem esta Associação requerer a isenção do pagamento relativo à utilização do equipamento nos dias 10 e 17 de dezembro, entre as 15 e as 17 horas. -----

Sobre esta matéria, compete à Câmara Municipal, de acordo com a alínea ee) do Art.º 33 da Lei 75/2013 na sua redação atual *Criar, construir e gerir instalações, equipamentos (...) integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal*. Ao mesmo tempo que, compete também à Câmara Municipal (...) *apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...)*, situação consagrada na alínea u) do Art.º 33º da Lei citada. -----

Face ao exposto e, atendendo a que se trata de uma iniciativa que assenta no estímulo

à prática desportiva, com relevância, tendo em conta a especificidade do pedido, também no âmbito da promoção da igualdade de género inerente a esta prática, deve V. Ex.^a, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria em matéria de estabelecimento da ordem do dia das reuniões, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o Órgão Executivo possa: -----

1º Deliberar sobre a utilização a título gratuito do Pavilhão Gimnodesportivo por parte da Associação de Futebol de Beja, com vista à realização de treinos da seleção distrital feminina Sub17 de Futsal, nos dias 10 e 17 de dezembro.

2º Tomar conhecimento que, de acordo com a tabela em vigor, a utilização do Pavilhão Gimnodesportivo por parte de entidades externas ao concelho tem um custo de € 23,40 por hora, a que acresce IVA à taxa de 23%, o que perfaz um custo de € 28,78 por hora.

Face à urgência do pedido, pode ainda V. Ex.^a, Sr. Presidente, proceder em conformidade com o n.º 3 do art.º 35º do mesmo diploma, atendendo a que *Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação* em reunião subsequente. -----

A Câmara, por unanimidade, reconhecendo a importância da iniciativa para o concelho, que assenta no estímulo à prática desportiva, com relevância, tendo em conta a sua especificidade, também no âmbito da promoção da igualdade de género inerente a esta prática, deliberou ceder a infraestrutura gratuitamente para os dois treinos da seleção distrital feminina de Futsal. -----

10. SPORTING CLUBE DE CUBA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autorizou, a pedido do Sporting Clube de Cuba, a emissão de uma licença especial de ruído para a realização de um baile com DJ, no Pavilhão de Exposições, dia 1 de dezembro de 2023, bem como a redução das taxas a 50%. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o*

presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

11. GRUPO CORAL “BAFOS DE BACO”. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES, DO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL, LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, PALCO PEQUENO, MESAS E BANCOS, IMPRESSÃO DO CARTAZ E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS.-----

“Solicita o Grupo Coral “Bafos de Baco” a cedência do Pavilhão de Exposições, Auditório do Centro Cultural de Cuba, licença especial de ruído, palco pequeno, mesas e bancos, impressão do cartaz e isenção do pagamento das taxas, para a realização do espetáculo comemorativo e jantar de gala do nono aniversário do Grupo, nos dias 8 e 9 de Dezembro de 2023.-----

Cedência do Pavilhão: Ao abrigo do disposto no art.º 1.º ponto 3, Cap. I do Código de Posturas e Regulamentos do Município de Cuba, as instalações poderão ser cedidas para casamentos, festas ou outras iniciativas, desde que essa utilização não prejudique a atividade referida no n.º 2 e não deteriore as instalações, sendo que, com base no artigo 2.º do Capítulo I, alínea 7 do mesmo regulamento, a taxa de utilização custeará as despesas inerentes ao funcionamento, conservação e manutenção das instalações, bem como do equipamento nelas existentes.-----

Cedência do Auditório de Centro Cultural e material: De acordo com o disposto na alínea ee) do art. 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados.-----

Licença especial de ruído – De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. O presente pedido tem enquadramento no disposto no artigo 15.º do presente Decreto-Lei. -----

Isenção do pagamento das taxas – Refere a alínea a) do n.º 2 do art.º 5 do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, que poderão ainda ser isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50 %, mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal: -----

a) As associações humanitárias, culturais, religiosas, recreativas, desportivas e de desenvolvimento local, desde que legalmente constituídas, pelas actividades que se destinem directa e imediatamente à realização dos seus fins estatutários; -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

a) - Ceder os equipamentos e os materiais solicitados a título gratuito; -----

b) – Emitir a licença especial de ruído até às 4,00 horas; -----

Mais deliberou a Câmara, também por unanimidade, reduzir em 50% o valor das taxas correspondentes à emissão das licenças de ruído. -----

12. APRESENTAÇÃO DA DESPESA ASSOCIADA À RENOVAÇÃO POR MAIS UM ANO DE CONTRATO A TERMO CERTO DA MEDIDA DE EMPREGO APOIADO EM MERCADO ABERTO PARA 1 COLABORADOR PARA O ANO 2024. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 150/2023, SA, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim, cujo teor se transcreve: -----

Relativamente ao assunto em epígrafe, e tendo por base a deliberação de Câmara de 18 de janeiro de 2023 onde foi aprovado a despesa para 1 candidatura na Medida Emprego Apoiado em Mercado Aberto, sou a informar que a colaboradora irá terminar a 01 de janeiro de 2024 e que é intenção do Município de Cuba renovar o contrato por mais um ano. -----

Nestes termos somos a expor a estimativa da despesa para 1 pessoa: -----

Ano 2023: -----

Valores globais da candidatura Emprego apoiado em mercado aberto (1 colaborador/4.º Escalão): -----

1.1 – Remuneração Base: 760,00 € x 1 pessoa x 12 meses9.120,00 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 126,00 € x 1 pessoas x 12 meses1512,00 €

1.3 - Seguro de Acidentes Trabalho (apólice conjunta):..... 350,00 €

1.4 – Segurança Social a cargo da entidade (23,75%):.....1.166,00 €

1.5 – Subsidio de Natal1.520,00 €

1.6 – Subsidio de férias:.....1.520,00 €

Total:15.188,00€

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP (3.º Escalão e 4.º Escalão): -----

2.1 – 4.º Escalão 70% (1 pessoas x 12 meses).....6.384,00 €

1.4 – Segurança Social a cargo da entidade (23,75%):.....816,20 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEFP:7.200,20 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação,
conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes: -----

Total a cargo da entidade7.987,80 €

Face ao exposto cumpre-me concluir: -----

Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea p) do n.º 1 do art.º 68.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 06 de Dezembro de 2023, para que nela possa ser deliberado e submeter à aprovação o seguinte: -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a renovação do contrato e assumir o compromisso com as despesas da referida candidatura, sendo que para 2024 será de 7.987,80 €. -----

13. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI+ PARA DOIS COLABORADORES. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 151/2023, SA, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim, cujo teor se transcreve: -----

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar na sequência do despacho do Sr. Vice-Presidente, que é intenção desta autarquia, apresentar uma candida-

tura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de dois trabalhadores na área Serviços Gerais. -----

Nestes termos somos a expor a despesa associada à referida candidatura: -----

Ano 2024 - 6 meses -----

1) Valores globais: -----

1.1 - Bolsa mensal: 480,43 € x 2 pessoas x 6 meses5.765,16 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 126,00 € x 2 pessoas x 6 meses1512,00 €

1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 260,00 €

Total : 7.537,16 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP: -----

2.1 Bolsa mensal: 384,34 € (80% do IAS) x 2 pessoas x 6 meses.....4.612,13 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEFP:.....4.612,13 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

3.1 Bolsa mensal: 96,09 € (20% do IAS) x 2 pessoas x 6 meses1.153,03 €

3.2 - Subsídio de alimentação: 126,00 € x 2 pessoas x 6 meses1512,00 €

3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 260,00 €

Total a cargo da entidade2925,03 €

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura e assumir as despesas decorrentes da aprovação da mesma. -----

14. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI+ PARA UM COLABORADOR. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 152/2023, SA, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim, cujo teor se transcreve: -----

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar conforme solicitado pelo

Sr. Adjunto do Sr. Presidente Dr. Eduardo Fitas, que é intenção desta autarquia, apresentar uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador na área Serviços Gerais.

Nestes termos somos a expor a despesa associada à referida candidatura: -----

Ano 2024 - 6 meses -----

1) Valores globais: -----

1.1 - Bolsa mensal: 480,43 € x 1 pessoa x 6 meses2.882,58 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 126,00 € x 1 pessoa x 6 meses756,00 €

1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €

Total : 3768,58 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP: -----

2.1 Bolsa mensal: 384,34 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses.....2.306,04 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEFP:2.306,04 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

3.1 Bolsa mensal: 96,09 € (20% do IAS) x 2 pessoa x 6 meses576,52 €

3.2 - Subsídio de alimentação: 126,00 € x 2 pessoa x 6 meses756,00€

3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €

Total a cargo da entidade1.462,52 €

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura e assumir as despesas decorrentes da aprovação da mesma. -----

15. MARIA MANUELA CAEIRO MESTRE. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 154/2023, SA, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim, cujo teor se transcreve: -----

Informa-se que no dia 23 de novembro do presente ano dirigiu-se aos nossos serviços a Sr.ª Maria Manuela Caeiro Mestre, a fim de fazer novo plano de pagamento de dívida de água em prestações. -----

Atendendo a que já existe, em nome da requerente, um plano aprovado para pagamento em prestações que não está a ser cumprido, não estão reunidas as condições para a aceitação da proposta agora formulada, até à regularização integral do 1.º plano, proponho o indeferimento do presente pedido. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou indeferir o pedido da requerente até que estejam reunidas as condições para a sua aceitação, designadamente a regularização integral do 1.º plano prestacional. -----

16. ALEXANDRA MARIA FIERARU. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DA REPÚBLICA N.º 40, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 155/2023, SA, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita a Sr.ª Alexandra Maria Fieraru, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia de € 329,72, proveniente de consumo de água no local indicado, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em 4 prestações mensais sendo que as primeiras três serão de € 82,43, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. -----

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que: -----

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas -----
(...) -----

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização. -----

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações -----

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando, contudo, para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

17. TABELAS DE PREÇOS/TARIFA DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS PELAS VIATURAS E MÁQUINAS DA AMCAL E DO ATERRO SANITÁRIO INTERMUNICIPAL DE VILA RUIVA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 86/2023, SAJA, da autoria da Assistente Técnica, Marina Batista, cujo teor se transcreve: -----

“Foi-nos presente, pela AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, para conhecimento a tabela de preços dos serviços prestados aos municípios associados pelas viaturas e máquinas e a tarifa do aterro sanitário intermunicipal de Vila Ruiva referente ao ano de 2024. -----

Registamos que, atentas as disposições legais insertas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, designadamente os artigos 108.º e seguintes, destacando nós o art.º 110.º onde o legislador estipulou que: -----

Artigo 110.º

Regime jurídico

As associações de autarquias locais de fins específicos regem-se pelo disposto na presente lei e na demais legislação aplicável às pessoas coletivas públicas, bem como pelos respetivos estatutos e regulamentos internos, estando nomeadamente sujeitas, quaisquer que sejam as particularidades dos seus estatutos e do seu regime de gestão: -----

...

Quando analisados estatutos em vigor, constatamos que compete ao Conselho Diretivo a fixação das tarifas dos serviços prestados pela Associação de Municípios de fins específicos. Vide doc. n.º 1 -----

Nesta conformidade, deve V. Exª, Sr. Presidente da Câmara, no uso da competência própria consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter a tabela de preços e tarifas dos serviços aqui mencionados para conhecimento do órgão executivo, na sua próxima reunião ordinária.

A Câmara tomou conhecimento. -----

18. REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E PREÇOS DO MUNICÍPIO DE CUBA. A TABELA DE PREÇOS A VIGORAR EM 2024 NO QUE CONCERNE AO TARIFÁRIO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE ÁGUAS RESIDUAIS E DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. COMPETÊNCIA PRÓPRIA E EXCLUSIVA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A SUA APROVAÇÃO. ARTICULAÇÃO DA PROPOSTA COM OS DEVERES DE REPORTE À ERSAR. DELIBERAÇÃO FINAL. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 44/2023, DAODS, da autoria do Chefe de Divisão Dr. Vitor Fialho, cujo teor se transcreve: -----

“Na qualidade de dirigente da unidade que inclui o Ambiente, arrego-me a possibilidade de efetuar um conjunto de considerandos que deverão levar à reflexão dos titulares dos órgãos autárquicos em geral e à população abrangida, de matérias que até aqui apenas têm sido analisadas pelos intervenientes diretos (Executivo e Técnicos). -----

O peso dos encargos com a resolução das questões inerentes ao Abastecimento de Água, de tratamento de Águas Residuais e de recolha e gestão de Resíduos Urbanos tem subido exponencialmente, numa tentativa de melhoria permanente das questões ambientais inerentes à saúde pública e preservação dos diversos ecossistemas, não só porque os titulares dos órgãos autárquicos e as populações em geral estão mais despertadas para estas temáticas, mas também porque existe legislação nacional e comunitária cada vez mais rígida, com metas e prazos para serem alcançados, sob pena da eventual aplicação de pesadas coimas. -----

A nossa faturação junto da AMCAL tem subido exponencialmente no que concerne ao valor a liquidar para fazer face à entrega de resíduos urbanos indiferenciados, pelo que deveremos reforçar/exortar ainda mais o exercício por parte da população da utilização da figura da reciclagem, sob pena de não o fazendo, depois verem refletida na sua fatura essa inércia, uma vez que de pouco adiante se apenas uma franja da população aderir à medida, porquanto no final das contas a dita fatura é repartida por todos. -----

A isenção de pagamento da recolha de resíduos urbanos fora do perímetro urbano, por não haver contador de fornecimento de água é outra matéria que deverá ser reponderada, assim como a existência de pessoas que, nos aglomerados urbanos, solicitam o

cancelamento do contrato de fornecimento de água alegando que dispõe de dispositivos próprios de abastecimento, ignorando que enviam para a rede de saneamento público as águas residuais que produzem, e que a autarquia, logo a totalidade dos municípios, têm que suportar. Situação que, diga-se, irá agravar-se quando entrar em funcionamento a nova ETAR de Cuba, cuja faturação temos que liquidar à AGDA. -----
É neste contexto que, de acordo com a empresa que nos presta assessoria nesta área – POCALENTEJO, se muito já foi feito, muito mais ainda existe por fazer, cabendo à autarquia consciencializar a totalidade da população que esta questão tem repercussões no ambiente, mas também um impacto económico considerável, quer nas contas da autarquia, que por sua vez terão reflexo nos municípios em geral, porquanto em função dos normativos legais em vigor, supervisionados pela ERSAR, nenhum município é soberano em pleno na fixação dos seus tarifários de água e afins, dados que as recomendações do organismo regulador têm em várias matérias carácter vinculativo. -----
A premissa da União Europeia, aceite pelo Estado Português, não existia outra possibilidade, e que a ERSAR tem a função de aferir vai no sentido de, progressivamente, o sistema de cobertura dos gastos atingir os 100%. -----

Registamos que, no atual plano tarifário para 2024, essas percentagens são as seguintes: -----

- a) – Água para Abastecimento – 65,19%; -----
- b) – Águas Residuais - 79,80%, sendo que a ETAR de Cuba por acordo com a AGDA até à entrada em funcionamento da nova, não tem trazido encargos para a autarquia; -----
- c) - Resíduos Urbanos – 29,28%. -----

Aqui chegados enquadremos juridicamente a proposta de novo tarifário, que foi oportunamente foi submetida à ERSAR – 14 de outubro, sendo a data limite 15 de outubro. Vide doc. n.º 1. -----

Como é consabido, por força do disposto no art.º 33.º n.º 1 alínea e) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se transcreve: -----

Artigo 33.º

Competências materiais

1 — *Compete à câmara municipal:* -----

...

e) Fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras; -----

...

é competência própria da Câmara Municipal a fixação dos preços, sendo consensualmente aceite que a estrutura tarifária da água para abastecimento público, as águas residuais e os Resíduos Sólidos Urbanos aqui se deve enquadrar. -----

Neste contexto e porque a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece no art.º 21.º n.ºs 1 e 7 que: -----

Artigo 21.º

Preços

1 - Os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais, pelos serviços municipalizados e por empresas locais, não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens. -----

...

7 - Sem prejuízo do poder de atuação da entidade reguladora em caso de desconformidade, nos termos de diploma próprio, as tarifas municipais são sujeitas a parecer daquela, que ateste a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor. -----

...

Deve o Município de Cuba diligenciar no sentido de aprovar a proposta de tarifário para o abastecimento de água e matérias conexas, nomeadamente, sem possibilidade de descurar o consignado na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, onde no art.º 82.º o legislador estipula: -----

Artigo 82.º

Tarifas dos serviços de águas

1- O regime de tarifas a praticar pelos serviços públicos de águas visa os seguintes objetivos: -----

a) Assegurar tendencialmente e em prazo razoável a recuperação do investimento inicial e de eventuais novos investimentos de expansão, modernização e substituição, deduzidos da percentagem das comparticipações e subsídios a fundo perdido; -----

...

Ora, daqui recai a necessidade de progressivamente irmos aproximando obrigatoriamente os custos reais com as despesas em água e saneamento daqueles que são os tarifários a imputar aos consumidores finais, sem que isso afaste políticas sociais de inclusão da população mais desfavorecida. -----

No presente ano, na proposta que se apresenta para 2024, da autoria técnica da POCALENTEJO, depois de auscultado e recebidas as orientações do executivo em regime de permanência e auscultados os técnicos que trabalham na área, verifica-se que as variações não afetam o 1.º escalão – 0 a 5 m³ – e por outro lado, os valores de aumento propostos ficam abaixo dos valores da inflação registada em 2023 e da prevista para 2024, que agregadas são de 8,67%, já anteriormente referida como doc. n.º 1. -----

Remete-se também para ponderada maturação da questão os valores de 2023 e de 2022. Vide Doc. n.º 2 -----

Com a presente iniciativa dá-se assim cumprimento ao disposto no Dec. Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, no que concerne ao reporte obrigatório à ERSAR, neste caso em concreto, à recomendação do parecer para o tarifário a aplicar em 2024. -----

O Parecer da ERSAR foi emitido em 07 de novembro de 2023. Vide doc. n.º 3. -----

Após a receção do Parecer a empresa POCALENTEJO articulou com o Executivo em regime de permanência o documento de tarifários a aprovar pelo órgão executivo a vigorar no ano de 2024. Vide doc. n.º 4 -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea e) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em matéria de fixação de preços de prestação de serviços ao público pelo Município, aprovar em conformidade com a proposta da empresa POCALENTEJO, a estrutura tarifária de Abastecimento de Água (AA), Águas Residuais (AR) e Resíduos Sólidos Urbanos a vigorar em 2024, com efeitos a 01 de janeiro de 2024, conforme quadro que faz parte da ata. -----

MUNICÍPIO DE CUBA	AA	AR	RU
	2024	2024	2024
Domésticos			
Tarifa Fixa - 1º Nível - Até 25mm:	0,0843	0,0725	0,0910

Tarifa Fixa - 2º Nível - Acima de 25 e até 30mm:	0,1790		
Tarifa Fixa - 3º Nível - Acima de 30mm:	0,2298		
Escalão Único			0,3875
Tarifa Variável			
0-5	0,5874	0,3113	
6-15	0,9832	0,3836	
16-25	2,9503	1,1704	
>25	4,7255	1,7905	
Domésticos Social			
Tarifa Fixa	0,0000	0,0000	0,0000
Tarifa Variável			
0-5	0,5844	0,3113	0,3113
6-15	0,5844	0,3113	0,3518
16-25	2,9503	1,1704	
>25	4,7255	1,7905	
Famílias Numerosas			
Tarifa Fixa - 1º Nível - Até 25mm:	0,0719	0,0725	0,0910
Tarifa Fixa - 2º Nível - Acima de 25 e até 30mm:	0,1688		
Tarifa Fixa - 3º Nível - Acima de 30mm:	0,2165		
Escalão Único			0,3656
Tarifa Variável			
5 pessoas			
0 - 8 m3	0,5874	0,3113	
9 - 18 m3	0,9832	0,3836	
19 - 28 m3	2,9503	1,1704	
> 28 m3	4,7255	1,7905	
6 pessoas			
0 - 11 m3	0,5874	0,3113	
12 - 21 m3	0,9454	0,3688	
22 - 31 m3	2,7833	1,1041	
> 31 m3	4,3353	1,6427	
Não Domésticos			
Tarifa Fixa			

até 20mm	0,1306	0,0742	0,0987
entre 20mm e 30mm	0,1790		
entre 30mm e 50mm	0,2298		
entre 50mm e 100mm	0,3100		
entre 100mm e 300mm	0,4131		
Escalão único	1,6480	0,4257	0,3582
Social Não Doméstico			
Tarifa Fixa - Nível Único:	0,0910	0,0725	0,0910
Escalão Único			0,3497
Tarifa Variável - 1º Escalão (De 0 a 50m3):	1,0214	0,3430	
Tarifa Variável - 2º Escalão (Acima de 50m3):	1,7586	0,4543	
TRH	0,0319	0,0164	
TGR			0,1100

2.º - Registrar que a não atualização dos tarifários nos moldes propostos pela ERSAR, quando não devidamente fundamenta e explanada as razões dessa discricionariedade restrita, trará para autarquia as consequências previstas nas normas em vigor. -----

19. JOSÉ LUÍS ISAÍAS RATO. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 277/2023, FM, da autoria do Fiscal Municipal Luís Pestana, segundo a qual, ao prédio urbano, art.º 3252, da freguesia de Cuba, sito na Rua da Lagoa, em Cuba, propriedade do requerente deverá ser atribuído o número 5 de polícia. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atribuir o n.º 5 de polícia, conforme informação da fiscalização municipal. -----

20. UNIVERSIDADE SÉNIOR MANUEL DE CASTRO: CANDIDATURAS E SITUAÇÕES ATÍPICAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 31/2023, SAE, da autoria da Técnica Superior Dr.ª Fátima Mestre, cujo teor se transcreve: -----

“Como é do conhecimento a Universidade Sénior Manuel de Castro - Pólo de Cuba da Universidade Popular Túlio Espanca, foi inaugurada a 3 de novembro de 2023, tendo o período letivo iniciado a 6 de novembro. -----

Decorrido o período normal de inscrições, terminou o mesmo com 82. -----

Após este período continuaram os contactos com o intuito de se inscreverem nas atividades, tanto das freguesias rurais, como de Cuba. Inclusive, chegaram-nos (fora de prazo) oito inscrições do lar de Vila Alva onde constam duas candidaturas de pessoas com demência, que não se enquadram de todo na filosofia de uma Universidade Sénior.

É de referir que não são quantificáveis as inscrições fora do prazo, uma vez que o contacto foi verbal, à exceção das oito inscrições formalizadas pelo Lar de Vila Alva, será incomportável aceitar mais inscrições uma vez que não existem recursos técnicos nem materiais, podendo inviabilizar a realização das atividades com qualidade. -----

Para além das situações anteriores, existem várias pessoas que não são nem reformados nem pensionistas e pretendem frequentar as aulas de hidroginástica, como acontecia anteriormente. -----

Este ano, por força da Universidade Sénior Manuel de Castro, as aulas de hidroginástica fazem parte do plano de atividades da mesma condicionando assim a participação de pessoas que não sejam reformados ou pensionistas. Neste sentido sou a propor a criação de uma turma para a população em geral num horário pós-laboral, devidamente articulado com os técnicos. -----

Mais informo que a turma de hidroginástica da Universidade Sénior conta atualmente com 65 alunos. -----

Face ao exposto -----

Ao abrigo do art.º 16.º, das Normas de Funcionamento da Universidade Sénior Manuel de Castro, as dúvidas ou omissões decorrentes da aplicação e interpretação das presentes normas de funcionamento serão resolvidas mediante deliberação da Câmara Municipal. -----

Assim, no âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal, deverá o órgão executivo deliberar sobre: -----

- Candidaturas fora de prazo;
- As 2 situações de demência;

- A constituição de turma hidroginástica para a população em geral. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação, por não haver enquadramento na filosofia de uma Universidade Sénior e ser incomportável em termos de recursos técnicos e materiais, deliberou não considerar as candidaturas fora de prazo nem as 2 situações de demência. -----

Mais deliberou, também por unanimidade, possibilitar a criação de uma turma de hidroginástica para a população em geral em horário pós laboral, devidamente articulada com os técnicos. -----

21. REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CASA FIALHO DE ALMEIDA, EM CUBA. RETIFICAÇÃO DOS VALORES INSERTOS NAS INFORMAÇÕES N.º 275, QUE DEU ORIGEM À DELIBERAÇÃO TOMADA NA RC DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 312/2023, SO, da autoria do Eng.º Carlos Daro-eira, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Na RC de 22 de novembro foi deliberado em relação à empreitada mencionada no assunto os valores a abonar aos empreiteiros resultantes do consórcio constituído para executar a obra (Veiga Lopes, S.A. e Lado Renovado, Construções, Lda.) em resultado da revisão de preços definitivas. Vide doc. n.º 1. -----

Aquando do despoletar dos procedimentos inerentes à emissão de fatura registou-se que na mesma consta um erro nos valores que importa corrigir. -----

Assim sendo, na deliberação n.º 15 da RC de 22/11/23 sobre a empreitada da Casa Fialho de Almeida – Empreiteiro Veiga Lopes, S.A. e Lado Renovado, Construções, Lda., onde se lê: -----

...

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redação inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 6.323,37€, mais iva á taxa lega em vigor e dar conhecimento ao empreiteiro; -----

Deverá ler-se: -----

...

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redação inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 6.512,06€ mais iva á taxa legal em vigor e dar conhecimento ao empreiteiro; -----

Face ao atrás exposto, sou a concluir: -----

- Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente proposta ser remetida à reunião da câmara municipal, para que nela possa ser deliberado submeter a aprovação o seguinte: -----

1.º - Constar que houve um erro de escrita na informação sobre a revisão de preços da Empreitada da Casa Fialho de Almeida, que a fez ser distinta do anexo que a acompanhou; -----

Assim sendo, na deliberação n.º 15 sobre a empreitada da Casa Fialho de Almeida – Empreiteiro Veiga Lopes, S.A. e Lado Renovado, Construções, Lda., onde se lê: -----

...

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redação inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 6.323,37€, mais iva á taxa legal em vigor e dar conhecimento ao empreiteiro; -----

Deverá ler-se: -----

...

2.1.º - Ao abrigo do art.º 382.º do CCP, devidamente articulado com as disposições aplicáveis do Dec. Lei n.º 6/2004, de 12 de Janeiro, na sua redação inicial, aprovar a proposta de revisão de preços definitiva no valor de 6.512,06€ mais iva á taxa legal em vigor e dar conhecimento ao empreiteiro. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou retificar os valores de acordo com a presente informação. -----

22. GENTE SOLARENÇA, LDA. CUBA WINE RESIDENCE. OBRAS. PEDIDO DE REAPRECIAÇÃO - REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO/INSTALAÇÃO DE TURISMO DE HABITAÇÃO. TRAVESSA CÂNDIDO DOS REIS, N.º 11, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação 34/21, UAOU, do Arq.º Helder Caseiro, que recaiu sobre o pedido de reapreciação em título: -----

“Na sequência da nossa anterior informação de 29/09/2023 e após entrega dos elementos adicionais atualizados, no que respeita ao objecto do pedido de reapreciação da CM do processo n.º 34/2021, mantendo-se os pressupostos do projecto anteriormente aprovado, nada temos a opor à sua reapreciação favorável nos termos do disposto no artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado actualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar o requerente, para, nos termos do disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do RJUE, apresentar no prazo de 6 meses a contar da data de notificação, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

23. – ROCIM-AGRO-INDÚSTRIA, LDA HERDADE DO ROCIM, CUBA. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A ARMAZÉM E ARRANJOS EXTERIORES. PRÉDIO N.º 3/20221221.

Foi presente à Câmara a Informação 18/23, UAOU, do Arq.º Helder Caseiro, que recaiu sobre o pedido de reapreciação em título: -----

Na sequência do parecer favorável da ERRAN (ref.ª OF/507/2023/ERRAN-Alentejo) que já consta do processo, e que foi emitido ao abrigo do disposto na alínea f) vdo n.º1 do artigo 22.º do Regime Jurídico da Reserva Agrícola, regulado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de Setembro, em articulação com a Portaria n.º 162/2011 de 18 de Abril, somos a informar a informar o seguinte: -----

O presente processo de licenciamento n.º 18/2023, visa a construção de um armazém de apoio agrícola/industrial e respectivos arranjos exteriores com 674.39 m2 de implantação (922.94m2 de área de projecção coberta) e uma área pavimentada exterior de 1556.42m2, perfazendo uma área total de ocupação de solo de 2395.00m2; -----

Verifica-se cumprimento do disposto nos n.ºs 2,3, 4 e alínea b) do n.º5 do artigo 81.º do regulamento do PDM, na redacção dada pela 3.ª alteração, publicada em 7/11/2022, através do Aviso n.º 21082/2022, D.R. 2.ª série, n.º 214; -----

A construção do presente armazém, nas imediações da Adega existente, justifica-se por razões de logística e de crescimento da produção da Adega, resultando num volume contemporâneo, de linguagem compatível com o edificado existente, e que possuirá para além do espaço de armazenamento (629.57m2 de área útil), um cais de carga exterior, um pequeno escritório com 7.28m2 e instalações sanitárias de apoio, com

5.43m2, existindo ainda uma área exterior coberta (projecto da cobertura) de 124.39m2. A área total de construção será de 922.94m2, com uma cerca máxima de 8 metros. -----

Assim, de acordo com o exposto e para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado actualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, propõe-se o deferimento do projecto de arquitectura. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar o requerente, para, nos termos do disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do RJUE, apresentar no prazo de 6 meses a contar da data de notificação, os projetos das especialidades. --

24. CARLA ELISABETE BRÁS COELHO. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. TRAVESSA DA FÉ, S/N FARO DO ALENTEJO- PRÉDIO URBANO N.º 230. -----

Vem a requerente, solicitar a aprovação do licenciamento da obra em título. -----

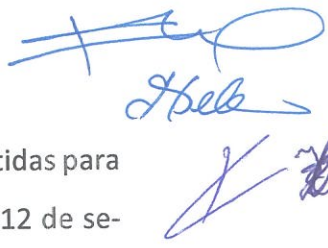
A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica do Arq.º Helder Caseiro, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento, fixando em 12 meses o prazo para execução dos trabalhos, conforme calendarização apresentada. -----

25. VENDA DIRETA DA SUCATA, COM O ÓNUS DE RECOLHA A RECAIR SOBRE NA ENTIDADE ADQUIRENTE -- JOSÉ GONÇALVES, COMÉRCIO E DESMANTELAMENTO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 313/2023, SAEV, da autoria do Técnico Superior, Dr. José Borracha, que adiante se transcreve: -----

Na sequência da existência de **resíduos de metal e sucatas (estruturas metálicas, tambores vazios, contentor, cadeiras de avião e ferro)** que se encontram depositados no nosso estaleiro municipal (**vide doc.1**) e, procurando uma arrumação do espaço físico de forma a torna-lo mais funcional ao qual se junta um processo de contraordenação levantado pela CCDD Alentejo no qual foi identificada a incorreta deposição dos resíduos, foi contactada a empresa **José Gonçalves, Gestão de Resíduos e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida**, entidade licenciada para a receção destes resíduos (**vide doc.2**) na tentativa de apresentar uma proposta para a alienação dos resíduos em questão.

Após visita ao local o operador ofereceu o valor de € 200,00 a tonelada. -----


Heb

A Câmara, por unanimidade, fazendo uso das competências que lhe são cometidas para alienação de bens móveis pelo art.º 33.º n.º 1 al. cc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, devidamente articulada com a alínea c) do n.º 3 do art.º 266.º-C do CCP, o art.º 235.º n.º 2 da CRP e os artigos 4.º a 6.º -A do CPA, deliberou aceitar a oferta que é apresentada na Informação, mediante a venda direta da sucata a 200€ a Tonelada, com o ónus de recolha a recair sobre na entidade adquirente – José Gonçalves, Comércio e desmantelamento de veículos em fim de vida. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:
“Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11,20 horas. -----

E eu, José Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

